

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ISABELLA LUISA DA ROCHA PEREIRA

Patrimônios históricos culturais:  
Coronelismo e manutenção da história em Patrocínio, Minas Gerais

Uberlândia - MG

2023

ISABELLA LUISA DA ROCHA PEREIRA

Patrimônios históricos culturais:  
Coronelismo e manutenção da história em Patrocínio, Minas Gerais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em Ciências Sociais.

Área de concentração: Antropologia

Orientador: Prof. Dr. Marcel Mano

ISABELLA LUISA DA ROCHA PEREIRA

Patrimônios históricos culturais:  
Coronelismo e manutenção da história em Patrocínio, Minas Gerais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Marcel Mano

Uberlândia, 14 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcel Mano (Orientador)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Claudia Wolff Swatowiski (UFU)

---

Prof. Dr. Lainister de Oliveira Esteves (UFU)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer e dedicar esta monografia às seguintes pessoas:

Minha família, minha mãe Tânia, meu pai Wilson, que não mediram esforços para que eu pudesse estudar. Minhas amigas de faculdade, Julia Pires e Marcela Lima, vocês foram importantes para que esse trabalho fosse concluído. À minha amiga Daisa Tayna pela amizade de anos e de convivência diária, que ajudou nos momentos mais críticos da escrita onde eu tinha dúvidas se estava no caminho certo. Ao meu namorado, Farley Souza, que mesmo estando a distância se fez presente. Estendo meus agradecimentos ao meu orientador Professor Dr. Marcel Mano, que apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica aceitou me orientar nesta monografia, as suas valiosas indicações fizeram toda a diferença. Agradeço à banca examinadora, à Professora Claudia Wolff Swatowski, obrigada por todo conhecimento compartilhado nesses anos de convivência tanto nas materiais lecionadas tanto quanto na Iniciação Científica. Ao Prof. Dr. Lainister de Oliveira Esteves, mesmo que eu o tenha conhecido apenas no último semestre da faculdade seus ensinamentos foram importantes para agregar na minha formação. Vocês foram escolhidos pela importância acadêmica que tiveram na minha trajetória nas Ciências Sociais e jamais serão esquecidos. E por fim, agradeço à minha cidade natal, Patrocínio, Minas Gerais, protagonista desta monografia, que sempre me causou curiosidade para investigar mais a fundo questões históricas presentes nela.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,  
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre  
aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

## RESUMO

A presente monografia procura, a partir dos patrimônios históricos culturais tombados e catalogados em Patrocínio, Minas Gerais, estabelecer ligações históricas entre eles e a formação e desenvolvimento do cenário político econômico da cidade. O objetivo é mostrar como os patrimônios culturais reproduzem a estrutura coronelista e contribuem para a manutenção do passado histórico. A proteção legal dos patrimônios, sejam materiais ou imateriais, demonstra um passado conservador que ajuda a reproduzir ações sistêmicas, em Patrocínio especificamente, do sistema coronelista. Com base em dados colhidos em pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, foi possível observar uma grande predisposição dos órgãos governamentais em manter as memórias desse passado, utilizando os patrimônios culturais da cidade. Como consequência, aponta para o apagamento das memórias das populações locais não hegemônicas política e economicamente. Assim, a memória “oficial” de Patrocínio se torna a memória da classe “dominante”, neste caso, os coronéis, fazendeiros e militares.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; coronelismo; memória coletiva; antropologia; Patrocínio.

## ABSTRACT

This monograph seeks, based on the historical cultural heritage listed and cataloged in Patrocínio, Minas Gerais, to establish historical links between them and the formation and development of the city's political and economic scenario. The objective is to show how cultural heritage reproduces the coronelist structure and contributes to the maintenance of the historical past. The legal protection of heritage, whether material or immaterial, demonstrates a conservative past that helps to reproduce systemic actions, in Patrocínio specifically, of the colonialist system. Based on data collected in field research, bibliographical research and documentary research, it was possible to observe a great predisposition on the part of government bodies to maintain memories of this past, using the city's cultural heritage. As a consequence, it points to the erasure of the memories of local populations that are not politically and economically hegemonic. Thus, the “official” memory of Patrocínio becomes the memory of the “dominant” class, in this case, the colonels, farmers and soldiers.

**Keywords:** cultural heritage; coronelism; collective memory; anthropology; Patrocínio.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|              |   |    |
|--------------|---|----|
| Imagem 1 -   | Igreja Santa Rita em 1921.....  | 28 |
| Imagem 2 -   | Igreja do Rosário em 1915.....  | 29 |
| Imagem 3 -   | Igreja da Santa Luzia em 1910.....  | 29 |
| Imagem 4 -   | Igreja da Matriz em 1910.....   | 30 |
| Imagem 5 -   | Brasão da cidade de Patrocínio, Minas Gerais.....   | 31 |
| Imagem 6 -   | Fachada do Museu e Fundação Casa da Cultura de Patrocínio, Minas Gerais.....  | 36 |
| Imagem 7 -   | Lateral do Museu e Fundação Casa da Cultura de Patrocínio, Minas Gerais.....  | 37 |
| Imagem 8 -   | Fotografia da atual Praça Honorato em meados de 1944, na foto retrata as comemorações do centenário da cidade, ao fundo, o Grupo Escolar Honorato Borges..... | 38 |
| Imagem 9 -   | Escola Estadual Dom Lustosa atualmente.....   | 39 |
| Imagem 10 -  | Escola Estadual Dom Lustosa.....  | 40 |
| Imagem 11 -  | A segunda fase Kalunga (Boiadeiro).....   | 42 |
| Gráfico 1 -  | Gênero.....   | 44 |
| Gráfico 2 -  | Faixa etária.....   | 45 |
| Gráfico 3 -  | Escolaridade.....   | 45 |
| Gráfico 4 -  | Bairro de domicílio na cidade de Patrocínio, Minas Gerais.....  | 46 |
| Gráfico 5 -  | Há quanto tempo vive na cidade?.....  | 46 |
| Gráfico 6 -  | Você considera importante a criação e manutenção dos Patrimônios Histórico-Culturais para a cultura de Patrocínio, Minas Gerais?.....                         | 47 |
| Gráfico 7 -  | Você conhece os Patrimônios Histórico-Culturais tombados e registrados pelo Município de Patrocínio, Minas Gerais?.....                                       | 48 |
| Gráfico 8 -  | Se a resposta anterior for sim, você já frequentou alguns destes espaços?.....  | 48 |
| Gráfico 9 -  | Você acha justo o governo municipal dispor financeiramente de recursos para que haja a restauração de patrimônios histórico-culturais da cidade?.....         | 49 |
| Gráfico 10 - | Você se reconhece nos patrimônios de Patrocínio, Minas Gerais?.....   | 49 |
| Imagem 12 -  | Qual patrimônio você [entrevistado] se reconhece?.....  | 50 |



|             |  |    |
|-------------|--|----|
| Imagem 13 - | Conhecimento dos patrimônios de Patrocínio, Minas Gerais.....  | 51 |
| Imagem 14 - | Qual tipo de bens você [entrevistado] considera importante para<br>perpetuar a memória da cidade de Patrocínio?..... | 51 |

## LISTA DE TABELAS

|            |   |    |
|------------|---|----|
| Tabela 1 - | Patrimônios Protegido por Tombamento Municipal.....                 | 33 |
| Tabela 2 - | Patrimônio Protegido por Registro.....                              | 33 |
| Tabela 3 - | Patrimônio Inventariado.....  | 34 |
| Tabela 4 - | Alguns exemplos de tradução do português para a linguagem Kalunga.. | 42 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>12</b> |
| <b>1 PATRIMÔNIO, MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVA E CORONELISMO....</b>            | <b>16</b> |
| 1.1 Patrimônios Histórico-culturais .....   | 16        |
| 1.2 Memória individual e coletiva .....   | 19        |
| 1.3 Coronelismo e patronagem .....  | 23        |
| <b>2 PANORAMA HISTÓRICO DE PATROCÍNIO E PATRIMÔNIOS LOCAIS.....</b>               | <b>26</b> |
| 2.1 História de Patrocínio, Minas Gerais.....                                     | 26        |
| 2.2 Patrimônios da cidade de Patrocínio, Minas Gerais .....                       | 32        |
| 2.3 Patrimônios Materiais .....   | 34        |
| 2.4 Patrimônio Imaterial .....  | 40        |
| <b>3 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO DE<br/>PATROCÍNIO .....</b>  | <b>44</b> |
| 3.1 Análise dos dados.....  | 44        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>54</b> |
| <b>REFERÊNCIA.....</b>  | <b>56</b> |
| <b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE OS PATRIMÔNIOS DE PATROCÍNIO,<br/>MG. ....</b> | <b>58</b> |

## INTRODUÇÃO

Um dos meios pelos quais a população de uma cidade, estado ou nação tem de reforçar suas origens e tradições, tanto estrutural quanto culturalmente, é através dos patrimônios histórico-culturais. Embora eles possam conter elementos tanto de cultura como de poder, eles se tornam o marco presente de um passado a ser lembrado e transmitido para novas gerações. Por isso, quando se cria um patrimônio material ou imaterial vinculam-se acontecimentos históricos e memórias por meio dos quais, seja na forma individual ou coletiva, pôde-se compreender e dar sentido ao passado. É com base nisso que este trabalho tem a intenção de estudar os Patrimônios da cidade de Patrocínio, Minas Gerais.

De origem agrária, a cidade de Patrocínio se desenvolveu pela ocupação de suas terras para o plantio de café, economia correlata e intimamente vinculado ao poder político, econômico e social dos coronéis. Mesmo atualmente, depois de 181 anos de sua independência como cidade, Patrocínio continua garantindo a maior parte da renda das terras agricultáveis. Historicamente marcada pela união de coronéis e grandes fazendeiros, a cidade se desenvolveu sem conseguir romper a bolha conservadora e de viés coronelista, responsável pela criação de diversas instituições, fato que reflete conseqüentemente nos patrimônios tombados e registrados na cidade. Com o passado histórico que muitos patrocineses tradicionais se orgulham por conter o título de capital nacional do café, a população se cega ou se aliena com relação às presilhas que ainda hoje amarram a “liberdade” ideológica da cidade. Como escreveu João Gualberto, “A sobrevivência do coronelismo até hoje é devida à profunda impregnação das práticas sociopolíticas brasileiras pelo imaginário do coronel”. (Vasconcellos, 1995, p. 15). Os Patrimônios se põem, assim, como precursores de uma história contada pela elite e para elite que cria o ciclo de reprodução para as próximas gerações.

Os patrimônios culturais é um dos meios pelos quais a história e memórias de um determinado povo se perpetua durante os anos. Quando analisamos o comprometimento dos órgãos públicos em manter essa memória ativa podemos tecer uma linha cronológica de acontecimentos e eventos pelos quais pode explicar os episódios que influenciaram a linha conservadora e coronelista na cidade, tecendo uma crítica na deslegitimação de outras memórias. (Tamaso, 2007, p. 14).

Essa análise deixa claro a negligência e a omissão que a manutenção dos patrimônios pode significar para as próximas gerações, ofuscando a memória das minorias e das classes subalternas em proveito da memória dos dominantes, causando uma lacuna na verdadeira

história local. Por isso, a eleição de patrimônios se torna um ato político e a criação, manutenção e divulgação dos patrimônios histórico-culturais contêm, pois, um papel fundamental nesse processo. Diversos acontecimentos históricos são gradativamente apagados a ponto de “caírem” em esquecimento, deixando em evidência apenas obras de grande magnitude e que reforçam ainda mais o conservadorismo e o coronelismo dos locais tradicionalmente já imposto, como se esses momentos históricos fossem conquistados de forma positiva e não a partir do sofrimento das minorias. Em face disso, este trabalho contribui com uma abordagem diferente daquelas contadas pelas elites locais por meio de seus patrimônios. Com base nessa questão, pretendo responder ao menos uma questão: como os patrimônios histórico-culturais da cidade de Patrocínio se edificam a partir de um passado coronelista?

### **Objetivo**

#### Geral:

Analisar informações documentais, dados históricos e coleta de dados empíricos sobre os patrimônios materiais e imateriais da cidade de Patrocínio, tendo em vista colocar em evidência as relações deles com a história e a manutenção da memória conservadora e coronelista do povo patrocinese, analisando quais têm ligações coronelista ou não.

#### Específicos:

- Relacionar como a cidade, a partir das suas histórias de formação conservadora, mantém ainda em evidência patrimônios vinculados ao coronelismo, como sinal de honra e glória.
- Analisar informações históricas da cidade que possam elucidar questões atuais envolvidas na manutenção dos patrimônios e de suas memórias.
- Refletir sobre o apagamento dos patrimônios históricos que possam abordar a cultura africana escravização indígena.

## Panorama metodológico

A pesquisa foi desenvolvida com a utilização da abordagem qualitativa e quantitativa com base em fontes documentais, bibliográficas e entrevistas. As entrevistas constituíram-se na aplicação de formulários na cidade de Patrocínio, Minas Gerais, que contém aproximadamente 90 mil habitantes, a amostragem foi de 21 respostas, sendo o principal critério a escolha de moradores permanentes na cidade. O intuito da aplicação desses formulários foi o de propor possíveis e melhores esclarecimentos acerca de como a população local pensa e classifica seus patrimônios. Esses formulários continham perguntas (Apêndice I), diretas e explanatórias a partir das quais aferiu-se a com as abordagens quanti-qualitativas, tanto por poder mensurar respostas como permitir a realização de uma análise subjetiva dos dados colhidos. Com a abordagem qualitativa pretendeu-se buscar historicamente questões ligadas aos patrimônios histórico-culturais na cidade de Patrocínio, Minas Gerais, localizada no Alto Paranaíba, e suas relações com a construção coronelista na cidade, que é frequentemente reforçada nas imagens dos patrimônios histórico-culturais. O objetivo da pesquisa se impõe como exploratória, partindo do pressuposto de ser um objeto pouco estudado na contemporaneidade e uma pesquisa quase única na região de Patrocínio, Minas Gerais, que será muito importante para esclarecer a história da cidade. Os procedimentos utilizados para a escrita da pesquisa foram por meio de bibliografias com referenciais teóricos importantes para a construção do trabalho, como a obra *Patrocínio: Ontem e Hoje* de Maria de Fátima Machado Almeida, escritora local de Patrocínio, Minas Gerais, que conta a história da cidade de um ponto de vista tradicional, revelando dados muito importantes para a realização a pesquisa, o que inclui informações sobre os patrimônios histórico-culturais. Outra importante obra para o arcabouço teórico foi *A invenção do Coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro* de João Gualberto, que se aprofunda na gênese do problema do coronelismo e como as cidades interioranas ainda contém essa forma de liderança local bastante forte. Também foram utilizadas fontes online, como textos disponibilizados pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia), no qual existem obras que abordam a questão patrimonial do Brasil. Para referenciar memória coletiva e memória individual utilizei duas obras importantes para a temática: a primeira foi *A memória coletiva* de Maurice Halbwachs seguindo do livro *História e Memória* de Jacques Le Goff. Além disso, foi utilizada a pesquisa documental realizada a partir dos dados disponibilizados pela Fundação Casa da Cultura e pelo Museu Municipal, instituições locais que contém um acervo bastante completo com imagens, documentos e objetos importantes para a compreensão de como ocorreu a formação da cidade; bem como a ligação dos patrimônios histórico-culturais

tombados, registrados e inventariados com a elite coronelista. A pesquisa também tangeu o campo, pois foi necessária uma maior aproximação com o objeto estudado -os patrimônios materiais- com o objetivo assim de realização de uma pesquisa mais completa que colocasse em relação escritas, patrimônios tombados e as perspectivas dos sujeitos.

# 1 PATRIMÔNIO, MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVA E CORONELISMO

## 1.1 Patrimônios Histórico-culturais

De ponto de vista conceitual “patrimônio é o bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida para determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)” (Houaiss, 2023). Do ponto de vista cultural os patrimônios são bens fundamentais por meio dos quais criam-se sentimentos de pertencimento e manutenção histórica de determinado local, povo, história e cultura. Do ponto de vista social e político os patrimônios representam uma parte da vida de uma coletividade a partir do ponto de vista de quem quer contar a história, sendo necessária uma visão crítica para que não caiamos em uma referência histórica que não representa a verdade, mas sim a propagação de uma soberania existente nas classes dominantes brasileiras.

Do ponto de vista científico, foi a Antropologia, como área de estudo dos patrimônios histórico-culturais, que contribuiu para a criação de políticas públicas em torno dos bens culturais, pois é essa ciência que consegue trazer para argumentação o conceito de patrimônio e as discussões pertinentes a quais bens podem ser tratados com tal, ressaltando em que momento histórico se quer referenciar, destacando por quem e para quem.

Os antropólogos, como os demais sujeitos do campo patrimonial, trouxeram seus projetos futuros, suas imaginações patrimoniais. Tomando retrospectivamente o movimento da antropologia que a partir dos anos 1980 trouxe novas questões e debates para o campo patrimonial, podemos dizer que o que imaginava para o futuro, naquela ocasião, hoje transformou-se em presença ativa (Abreu, 2022, p. 41).

Assim, a antropologia contribuiu para que os patrimônios passassem a ter um reconhecimento maior das questões em torno da “diversidade cultural” como um conceito. Gilberto Velho um grande antropólogo brasileiro que estudou os grandes centros e por muitos anos atuou diretamente no órgão gestor dos patrimônios no Brasil, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi o responsável pelo parecer favorável ao tombamento de um terreiro de Candomblé na Bahia. Esse parecer foi muito importante para a antropologia urbana e os patrimônios histórico-culturais, pois trouxe a visão antropológica para o contexto patrimonial, indo na contramão do que se tinha na época: um discurso segregador e de hegemonia das elites e das classes dominantes, geralmente cristã.



Do ponto de vista formal e jurídico, a lei constitucional sobre os direitos dos patrimônios culturais se iniciou em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas com a publicação do Decreto-lei nº 25 no qual se determinou que os patrimônios passariam a serem denominados como “Patrimônio Histórico e Artístico”. Neste período inicial, eram classificados nesta categoria apenas os bens materiais, o que, portanto, restringia culturalmente apenas os patrimônios tangíveis de caráter arquitetônico existentes no Brasil; excluindo qualquer outra forma de manifestação cultural e de diversidade existente. Somente com os avanços dos movimentos sociais e da participação da população nas escolhas e mudanças nas políticas públicas, entre as quais as oriundas da Constituição Federal de 1988, em especial o artigo nº 216, possibilitou a ampliação da noção de patrimônio. De acordo com o IPHAN, foi a partir deste momento que se estabeleceu a alteração na concepção de patrimônio, sendo possível a incorporação de diversos elementos como referência cultural. Isso significou uma redefinição do conceito de bens passíveis de reconhecimento como patrimônio histórico-cultural e incluiu, aí, patrimônios imateriais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Assim sendo, o Patrimônio cultural é hoje entendido para além daquilo que é tangível, sendo algo mais inclusivo e abrangente. Neste sentido, "A noção de patrimônio imaterial ampliou em muito o alcance da abordagem governamental e destacou um novo conjunto de dimensões e processos culturais que, até então, não eram oficialmente incluídos no patrimônio" (Cavalcanti, 2019, p. 57). E essa passagem do livro *A Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*, reflete a importância de se manter viva histórias e culturas ligadas aos patrimônios imateriais, que reforçam laços pessoais e identitários das diversidades culturais existentes. A Constituição Federal de 1988 foi, por isso, muito importante para os patrimônios culturais do Brasil, pois por meio dela estabeleceram-se parcerias entre órgãos privados e públicos para a proteção e manutenção dos bens que contam a história do país. Além disso, e como mencionado, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que se deu a inclusão

dos patrimônios imateriais no conjunto de Patrimônios Histórico Brasileiro, incluindo agora artes, gastronomia, danças, músicas, saberes, fazeres entre outros, identificados então como Patrimônio cultural imaterial. É por este caminho que a Antropologia foi muito importante para a ampliação da noção de Patrimônio por meio da consolidação do conceito de bens imateriais; já que a partir do trabalho dos antropólogos foi possível abrir uma discussão ampla sobre cultura e diversidade cultural. Como escreveu Abreu (2022, p. 45):

Acreditamos que a contribuição prática e dos conceitos antropológicos a este campo veio somar o sentido de conferir visibilidade e valorização a elementos sensíveis e de expressiva potência em diversas áreas culturais no Brasil. Se antes estes elementos eram pouco pesquisados e invisíveis para as elites políticas e culturais no Brasil, a antropologia teve o grande mérito de enunciá-los e demonstrar, para a sociedade brasileira, a enorme riqueza cultural do país.

No ano 2000 o país obteve mais um avanço nas leis estabelecidas para a proteção dos bens culturais por meio da promulgação do decreto nº 3.551/2000 do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). A partir dele, pôde-se garantir uma crescente ascensão dos antropólogos na área de produção e estudo dos patrimônios histórico-culturais, uma forma de defender os direitos coletivos e dar maior abertura para que os bens vistos como patrimônios imaterial e material sejam mais diversificados culturalmente, a partir das políticas públicas criadas pelo PNPI. Para que um bem seja considerado cultural é necessário passar por processos de verificação, como dito por Tomasevicius Filho (2020, p. 215):

É geralmente selecionado como documento histórico de época acerca de determinado modo de vida, arte ou técnica ou, por ser suporte da memória coletiva ou ícone de identidades coletivas. Também se destacou, naquela parte, que o reconhecimento de um bem como bem cultural passa por dois processos. O primeiro deles consiste no seu reconhecimento como bem cultural. O segundo deles é a formalização da decisão, no âmbito político-jurídico, de proteger ou não esse bem cultural.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério do Turismo, é o órgão federal responsável pelo monitoramento e conservação dos bens tombados como patrimônios histórico-culturais. Este órgão, além de realizar o monitoramento dos bens no âmbito federal, trabalha em conjunto com os governos estadual e municipal que também desempenham papel fundamental na manutenção dos patrimônios, tal qual definido pela Constituição de 1988. Diante disso, para que um bem possa se tornar um

patrimônio oficialmente reconhecido ele precisa passar por um processo legal. De acordo com o IPHAN, os tombamentos, oficializados inicialmente no decreto de 1937, mas que continuam nos moldes atuais, são um dos instrumentos necessários para fazer o reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural. Como tal prerrogativa cabe aos órgãos públicos em suas diferentes esferas; federal, estadual e municipal, cada um nas suas delimitações territoriais, ressaltar a importância de uma boa organização administrativa e de políticas públicas voltadas para a cultura e a diversidade cultural. Com o tombamento, objetos arqueológicos, etnográficos, bibliográficos, artísticos, além de monumentos históricos, sítios e paisagens são documentados, criando responsabilidade de restauração e manutenção para que haja uma perpetuação da identidade histórica e cultural de um povo ou de um acontecimento histórico.

De acordo com o Instituto Estadual de Patrimônios Histórico de Minas Gerais (IEPHA Minas Gerais), qualquer cidadão que ache pertinente e necessário o reconhecimento de algum bem material em Minas Gerais pode solicitar, mediante documentação comprobatória, o seu tombamento. Os bens culturais imateriais que abrangem as diversidades culturais, tais como tradições locais, formas de expressões típicas, celebrações, festas, técnicas artesanais, tradições, lugares (paisagísticos ou não), além de outras formas de expressões culturais também podem, por meio dos registros, serem reconhecidos como patrimônio de maneira semelhante ao tombamento de bens materiais.

Além do tombamento, outro método de reconhecimento oficial de bens é o inventário. De acordo com o IPHAN, os inventários são instrumentos que auxiliam a identificação de manifestações e bens com possibilidade e interesse de serem preservados, ainda que esses bens, materiais ou imateriais, não estejam ainda tombados ou registrados. O principal objetivo do inventário é a criação de um banco de dados que possa ajudar na realização de pesquisa, no planejamento de políticas e na difusão de conhecimento, podendo ser inventariado de forma federal, estadual e municipal, que por sua vez podem também respeitar as microrregiões como bairros e ruas.

## **1.2 Memória individual e coletiva**

A memória é um conceito importante para entendermos os fundamentos para a patrimonialização dos bens culturais. De acordo com Le Goff (1990, p. 387), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações

passadas, ou que ele representa como passadas.” Uma das instituições mais antigas do mundo, o cristianismo, difundiu em suas correntes ideológicas os impactados da memória. Por se tratar de uma religião que sempre refere aspectos do passado se torna um portal para relações transitórias entre passado, presente e futuro, sendo considerada por Le Goff como “religião de recordação”, assim como o judaísmo. Mas se essas religiões se caracterizam por memória, o processo de esquecimento também é inerente às tradições da Igreja, pois para os indignos cristãos sobriariam apenas a excomunhão como dito por Le Goff:

Ao lado do esquecimento, havia por vezes, para os indignos, a irradiação dos livros de memória. A excomunhão, nomeadamente, arrastava essa *damnatio memoriae* cristã. Sobre um excomungado, o sínodo de Reisbach em 798, declara “Que depois da sua morte nada seja escrito em sua memória”; e o sínodo de Elne, em 1027, decreta a propósito de outros condenados: “E que os seus nomes não estejam mais no altar sagrado entre os fiéis mortos (Le Goff, 1990, p. 409-410).

Com o avanço das questões modernas advindas do século XX a recepção de memórias se tornou muito mais rápida, são muitos estímulos sociais que, de certa maneira, reforçam a busca por memórias do passado e criam memória para serem consultadas no futuro. Como afirma Demarne e Rouquerol (1959 *apud* Le Goff, 1990), a memória humana é muito instável e maleável, diferente das memórias quando são armazenadas em meios tecnológicos do século XX.

A memória coletiva é um processo histórico do desenvolvimento humano no qual as lembranças são importantes meios de vínculo com a história, a cultura e a tradição de uma comunidade. As lembranças são, por assim dizer, pontos fundamentais para compreendermos como certo povo entende, interpreta e representa não apenas sua formação e seu desenvolvimento histórico como suas perspectivas futuras, só temos lembranças de fatos que nos aconteceram e que mesmo depois de anos ela retorna em forma de memória. Qual o fim de um povo se não houver tradições próprias que possam passar entre gerações, de pais para filhos? Provavelmente o contrário da lembrança: o esquecimento. É nesse sentido como no caso dos patrimônios (testemunhos das memórias e dos esquecimentos), existem intrínseca uma questão de poder. Como escreve Le Goff (1990) *apud* Demarne e Rouquerol (1959),

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais de poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas, O esquecimento e os

silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 390).

Além disso, e de acordo ainda com Le Goff (1990, p. 432), "a memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que rende a instalar-se entre elas.". Desta maneira, os patrimônios históricos e culturais se mostram um dos principais modos para que a história seja contada para as gerações futuras e, com a contribuição das ciências sociais, é possível traçar questões sociais por trás do processo de patrimonialização de um patrimônio por meio de uma memória coletiva de um povo. A memória individual demonstra as particularidades que certos acontecimentos têm sobre as pessoas, de um modo mais íntimo, mas a memória coletiva destaca o poder sobre os acontecimentos do local. Maurice Halbwachs, sociólogo francês, discípulo das teorias durkheimianas foi importante para os estudos da memória coletiva. Para ele os indivíduos estão inseridos na sociedade e, portanto, de forma conjunta, constroem suas memórias; entretanto, mesmo que a memória coletiva se reflete em um grupo de referência, as questões pessoais do sujeito são levadas em consideração quando se formaliza internamente as lembranças e as memórias. Não tem como todos terem a mesma percepção com exatidão de um acontecimento.

Mas, como acima mencionado, se do ponto de vista social e político, os patrimônios representam uma parte da vida de uma coletividade a partir da perspectiva de quem quer contar a história; portanto a construção do passado, da história, dos patrimônios e das memórias pode ter relações com a invenção, o esquecimento e às vezes até mesmo o erro histórico. Como escreveu Gonçalves (2019, p. 366), "Nesse processo de distribuição e gestão de espaços e habitantes, experiências cotidianas, subjetividades individuais e memórias coletivas estão sempre em risco de serem subvertidas, apagadas ou destruídas". Na história recente do Brasil é possível destacar um acontecimento que impactou (seja por acidente, negligência ou ambos) de forma agressiva e violenta os patrimônios e as memórias coletivas: o incêndio no Museu Nacional em 2018:

Se recorremos a um recente e dramático exemplo, o trágico incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que em 2018 levou à destruição um notável acervo histórico e científico, teremos de reconhecer que, além das ruínas materiais, restaram diversas memórias subjetivas daquela instituição: a memória dos funcionários, pesquisadores, estudantes, visitantes. Múltiplas correntes de memórias a percorrerem pela sociedade. O Museu existe atualmente para além dos vestígios materiais recuperados no rescaldo, como parte integrante de diversas "culturas subjetivas", de diversas memórias individuais e coletivas (Gonçalves, 2019 p. 42).

Como uma contra correnteza aos processos de subversão, apagamento e destruição, e pelo mesmo caráter político que nisso reside, o exercício da cidadania deve contribuir no auxílio da disseminação das mais variadas culturas e tradições, os mais variados patrimônios culturais como “pontes” entre a memória e manutenção viva de todos os processos e transformações ocorridos ao longo do tempo. É por isso que as elites utilizam dos patrimônios para fortalecer os traços tradicionais na sociedade, pois é a partir da memória que é possível obter a sobrevivência de um passado que os beneficiou. Mas a memória é ainda importante para entender os laços de identidade com o local, e, por isso mesmo, é um campo de luta e de poder entre agentes e sujeitos situados em posições diferentes. Como sabemos, no Brasil, país social e culturalmente plural, a questão de identidade e pertencimento é um problema desenvolvido desde a colonização portuguesa, e que foi por muito tempo contato apenas a partir das elites dirigentes, tal como parece ter ocorrido também na cidade de Patrocínio – MG. O poder local é um dos fatores para que possamos compreender com mais amplitude como acontece os processos de apagamento e esquecimento cultural de uma região, mesmo que lembramos de um certo acontecimento em forma de memória, Halbwachs (1968) nos relata que pode haver conflitos de interesses que acarretam numa modificação dessas lembranças, além de motivos específicos para que sejam lembrados como um agente de poder e soberania de uma classe dominante sobre outra.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar uma vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo (Halbwachs, 1968, p. 41).

Para realizar uma forma de coerção sobre a sociedade e sobre a população, a elite usa do seu tradicionalismo para propagar uma história contada por eles e, de acordo com Pierre Nora (1978 *apud* Le Goff, 1990, p. 433) os propagadores dessa memória coletiva são: “Estados, meios sociais e políticos, comunidade de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos que fazem da memória”.

Muito se discute acerca das diferenças entre memória e história. De acordo com Le Goff (1990), a História usa estudos de “lugares” da memória coletiva; mas a memória não é a história, e sim um meio pelo qual se criam lembranças que podem de certa maneira contribuir para os historiadores criarem uma linha de raciocínio, juntamente com documentos e demais objetos que podem ser necessários para que a história seja elucidada; e, por isso, a História não se reduz

somente à memória, ela vai além disso. A prática social que decodifica em memória é um dos pontos fundamentais para a compreensão de como a história de um determinado local é contada. O conceito de História vem passando por diversas mudanças ao longo dos anos, anteriormente o termo significava o ato de testemunhar algum fato com o objetivo de criar biografias. De acordo com Tomasevicius Filho (2020, p. 38) a história anteriormente contada “era uma história produzida pelas elites- política, religiosa, militar, econômica- sobre si mesma e foi usada para construção de identidades nacionais”. Portanto, temos que estar atentos à história em que se passa as memórias individuais e coletivas, pois a patrimonialização de bens culturais pode reforçar uma visão elitista modificando ou construindo politicamente a identidade local.

### **1.3 Coronelismo e patronagem**

As raízes do coronelismo e da patronagem estão presentes no Brasil desde o processo de colonização. À revelia e contra as lutas dos povos escravizados e das comunidades indígenas, a coroa portuguesa criou estruturas de dominação que constituíram os poderes locais nas diferentes regiões: os coronéis e grandes latifundiários de terras. Os coronéis são, de fato, os tradicionais e grandes ordenadores da vida social. São tantos os criadores de códigos do comportamento social brasileiro (baseada numa sociedade fechada à cidadania e centrada nas grandes famílias oligárquicas); como os donos do poder, das terras, das gentes e das riquezas. São, por isso, ordenadores da vida social em seus vários níveis: simbólicos, cósmicos, econômicos, políticos, jurídicos etc. De acordo com João Gualberto (1995, p. 48), “O acúmulo de tantos papéis na figura do latifundiário: chefe de milícia, chefe político local, membro de uma burocracia não profissional, dá ideia do poder que estes homens foram capazes de reunir.”.

Se o poder dos coronéis vinha então do controle dos diversos tipos de recursos, muito do prestígio que obtinham era pela realização de favores individuais e/ou coletivos para a comunidade; e pelo constante amedrontamento de possíveis opositores. Numa cidade pequena e de interior, essa modalidade de dominação teve seu correlato republicano no considerável número de eleitores aptos e/ou coagidos a agradecer registrando seu voto em “seu” coronel favorito. O voto de cabresto, como ficou conhecido, foi um importante acontecimento que impactou, e ainda impacta, o cenário político, observável principalmente em cidades interioranas, onde ficam evidentes as trocas de favores e as afiliações por meio do apadrinhamento e da patronagem. De acordo com Queiroz (*apud* Vasconcellos, 1995, p. 72):

Um coronel era, em geral, o chefe de uma grande parentela. Parentela formada por um grupo de indivíduos unidos por laços de parentesco sanguíneo, relações de compadrio ou através de uniões matrimoniais. Uma grande parte dos indivíduos de uma mesma parentela tinha as mesmas raízes, mesmo que estas raízes fossem bastardas. As alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentescos entre as famílias quase tão fortes como os de sangue. Finalmente, os vínculos de compadrio uniam padrinhos e afilhados de forma tão forte como se houvesse um verdadeiro parentesco.

As terras, adquiridas pela doação da coroa portuguesa através da sesmaria, criou uma cúpula de poder nas mãos dos latifundiários, que tinham que criar em uma produção de larga escala para exportação para a metrópole, geralmente produções de monocultura. Como forma de organizar a administração, o núcleo familiar se torna muito importante. Mesmo que de forma hierárquica o latifundiário tem o poder sobre suas terras e sua forma de gestão; a família se torna um pilar fundamental para a delegação desse poder (a família tradicional) pois com a passagem das gerações e com mudança de hierarquia após a morte do patriarca, os laços consanguíneos se tornam a base para a perpetuação do futuro coronelista. Quando esse tipo de poder local se exerce, perdem-se os limites do que é privado e o que é público, em cidades onde o coronelismo fincaram suas bases desde o período colonial os limites entre o privado e o público ficam quase indissolúveis. A sociedade brasileira é formada a partir deste padrão da não diferenciação entre o público e o privado o que resulta numa usurpação da máquina pública para proveito próprio, como citado por Gualberto (1995, p. 31):

O senhor do engenho organizava sua unidade produtiva e sua unidade familiar ao mesmo tempo e da mesma forma, sem fronteiras bem demarcadas. Ele tinha um poder total. Ele não reconhecia a fronteira entre o público e o privado. Esta é, aliás, uma das marcas definitivas da formação da sociedade brasileira.

As crescentes cidades que foram se estabelecendo com o passar dos anos no interior do Brasil tinham no latifundiário a imagem mais próxima que teriam da coroa portuguesa, pois as alianças criadas entre os senhores de terras com a coroa foram dadas pelas circunstâncias existentes, ambos precisavam do prestígio que tinham para gerar uma corrente de poder contra as minorias. Ainda de acordo com Vasconcellos, a colônia portuguesa estruturou a forma de administração existente no Brasil onde só se tinha lugar e voz quem fosse livre e com posses; além disso, “todo homem rico e proprietário de escravos tornava-se um representante de seus próprios interesses.” (Vasconcellos, 1995, p. 36). Com a Proclamação da República o poder que era centralizado na coroa portuguesa passou a dar destaque ao personagem do coronel, que já não poderia se sentir ameaçado pela figura do imperador, portanto se tornando o centro de poder local, tal como afirma Vasconcellos (1995, p. 59):



A programação da República, que resultou no fim da centralização das decisões políticas nas mãos do imperador, também significou a ascensão do coronel ao primeiro plano da cena política. O grande proprietário de terras, o coronel da Guarda Nacional, tomou finalmente as rédeas do poder na política brasileira. Passou a controlar a frágil democracia, que nasceu marcada por forte exclusão popular

Atualmente, com os ciclos da nossa democracia social de direito, a figura do coronel não deixou de existir; porém, como em todas as mudanças presentes na sociedade, eles se adaptaram ao que se é dado pelas circunstâncias e, por isso, ainda detêm um poder muito grande e uma influência que se sobressai setores da classe dominante sobre a classe dominada. Assim como em várias cidades de pequeno porte espalhadas pelo Brasil, em Patrocínio- MG o coronelismo é um ponto importante para analisarmos as questões em torno da criação e manutenção dos patrimônios histórico-culturais. Se eles são personagens importantes para a compreensão de como a história do Brasil foi e ainda é marcada pelos traços de governo de viés coronelista, os patrimônios são em geral uma forma de reafirmação de todos esses processos históricos ao longo dos séculos.

## 2 PANORAMA HISTÓRICO DE PATROCÍNIO E PATRIMÔNIOS LOCAIS

### 2.1 História de Patrocínio, Minas Gerais

A cidade de Patrocínio, Minas Gerais, com aproximadamente 90 mil habitantes faz parte da microrregião do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. Sua história, marcada por questões bem singulares, remota ao período colonial, tendo sido formada a partir da invasão dos Bandeirantes<sup>1</sup> à procura de escravos em 1771. De acordo com Maria de Fátima Machado Almeida, escritora patrocínense, responsável pela elaboração da obra mais completa até agora sobre a história da cidade descreve que, “A história de Patrocínio está inserida na conquista do oeste brasileiro, quando bandeirantes, em busca de metais preciosos e indígenas, promovem a interiorização da colonização portuguesa” (Almeida, 2008, p. 23.). Patrocínio, assim como a história da maioria das cidades interioranas, teve papel fundamental para a invasão luso-brasileira pelo interior do país, e se tornou um posto de parada para os bandeirantes, crescendo à base da escravização e da exploração dos recursos naturais.

Os primeiros relatos de organização exploratória nas terras que hoje se localizam na cidade de Patrocínio, Minas Gerais, é por volta de 1668, quando o bando do bandeirante Lourenço Castanho Taques passou pela região denominada pelos indígenas locais como planalto do Catiguá. Em busca de “desbravar” as minas gerais à procura de metais preciosos, os bandeirantes, impondo a soberania imposta pela colônia portuguesa, se lançaram contra os indígenas Catiguá e Araxá, deixando a terra eternamente marcada por práticas genocidas e violentas. O aparecimento de bandeirantes pela região de Patrocínio retornou por meados de 1690, pelas tropas de bandeirantes lideradas por Bartolomeu Bueno da Silva, também conhecido como “Anhanguera”. As tropas em questão se locomoviam em direção a Goiás. Em 1729, com recentes descobertas de minas em Goiás e para uma exploração mais rápida e centralizada no poder português, o governo realizou a construção de uma estrada a pedido do Capitão Gomes Freire e Martinho de Mendonça, com isso se criava a “Picada de Goiás”, que passava pela futura cidade de Patrocínio.

O local onde posteriormente viria a se fundar Patrocínio foi um importante ponto de abastecimento para os bandeirantes, sendo uma parada necessária para quem explorava a região dos goiazes e que pretendia subir para a região norte do país. De acordo com o site institucional

---

<sup>1</sup>Denominação feita para os exploradores das terras brasileiras, por volta do século XVI e XVIII.

da prefeitura municipal, Patrocínio se configurou naquele momento um personagem chave das relações políticas de expansão pelo território mineiro; porém, temos que destacar a importância de refletirmos quanta violação aos povos indígenas esse movimento expansionista ocasionou, um reflexo amplamente percebido até hoje no nosso cotidiano. As expansões sempre marcadas por violência, estupro culminada, na maioria dos casos no desaparecimento dessas populações, seja pela paulatina miscigenação, ou pela aniquilação e escravização violenta da maioria das comunidades indígenas. Foi pelas ordens do Capitão-General de Minas Gerais, Conde de Valadares, que em 1771 o Capitão Inácio de Oliveira Campos iniciou explorações na região, durante a qual destruiu diversos quilombos no vale do Rio Dourados. A formação histórica de Patrocínio foi marcada fortemente pelas lutas entre indígenas locais e bandeirantes que reivindicavam a terra em prol da ampliação do poder colonial. Como a história já deixa evidente, os indígenas foram destruídos e a futura cidade começou a ser instalada, primeiramente como arraial, seguido de distrito, vila e por fim se tornando cidade.

As Igrejas sempre foram instituições importantes para o surgimento e consolidação dos povoados. Foi sempre em torno delas que grande parte das cidades históricas do Brasil foram formadas, um exemplo é a cidade de Ouro Preto, também localizada em Minas Gerais. Em meio às explorações de escravizados e de ouro, a cidade de Patrocínio iniciou a construção de sua capela em torno de 1800 e, a partir disso, os primeiros povoados começaram a ser formados. Primeiramente, Patrocínio foi denominada “arraial” de “Nossa Senhora do Patrocínio”, contendo aproximadamente 40 casas de barro e madeira, as casas se localizam onde atualmente é o centro da cidade.

Em 1873, pela Lei Provincial nº 1995 o arraial foi elevado a “Vila de Nossa Senhora do Patrocínio”, mais tarde, em 1874, passou a ser denominada somente de Patrocínio. Gradualmente a cidade começou a se desenvolver, criando projetos paisagísticos, praças e Igrejas, em busca do ordenamento urbano e criação de espaços de sociabilidades dos moradores e dos fazendeiros locais. Talvez seja em relação a esses processos que o centro histórico da cidade estampou suas raízes escravocratas, formada por três praças, cada uma com funções específicas, que evidenciam as diferentes ordens das classes sociais do século XIX. Cada uma dessas três praças tinha um espaço religioso próprio. Na Praça Largo do Rosário, onde atualmente é a Praça Honorato Borges, havia duas Igrejas: A Igreja do Rosário, frequentada apenas por negros, foi construída durante o período de escravização e destruída após abolição, o que demonstra, por um lado, a segregação racial e, por outro, os processos de apagamentos histórico que se desenvolveu na cidade. Na mesma praça havia ainda a Igreja de Santa Rita, frequentada apenas por pessoas brancas, o que incluía os senhores de escravos. Apenas por este

rápido exemplo, é possível indicar como a história da cidade não pode ser contada sem destacar os patrimônios tombados e registrados, pois os mesmos foram e são palcos de acontecimentos e relações sociais mais amplas e pertencem aos processos de construção simbólica e política das memórias e da história local. Na praça Monsenhor Thiago, atualmente tombada como patrimônio material pelo decreto nº 1771/2001 de 09/04/2001 encontra-se a Igreja Matriz, palco da formação religiosa da cidade, sendo fundada para ser um centro religioso para os moradores do então, arraial. A Igreja original foi restaurada e ampliada para aumentar a capacidade de fiéis de acordo com o crescimento da cidade. Na praça Santa Luzia se localiza a Igreja de mesmo nome, que se tornou o local de encontro nos finais de semana após a missa. A ligação da cidade com o catolicismo é reforçada pela presença marcante de diversas Igrejas que até hoje demonstram com suas proporções o impacto na vida dos patrocínenses.

Imagem 1 - Igreja Santa Rita em 1921



Fonte: Acervo Fundação Casa da Cultura (1921).

Imagem 2 - Igreja do Rosário em 1915



Fonte: Acervo Fundação Casa da Cultura (1915).

Imagem 3 - Igreja da Santa Luzia em 1910



Fonte: Acervo Fundação Casa da Cultura (1910)

Imagem 4 - Igreja da Matriz em 1910



Fonte: Acervo Fundação Casa da Cultura (1910).

Com um viés predominantemente agrário, a cidade foi desde sempre influenciada pelos grandes latifundiários da região, um poder que passou de geração a geração, pois os coronéis delegavam a função para seus filhos criando, assim, uma longa linha de sucessão de herança que se prolongou por décadas. O brasão da cidade representa simbolicamente os elementos que são a base para a construção e a manutenção da cidade representando a grandeza que querem transparecer. Na imagem abaixo podemos analisar a distribuição de quatro formas geométricas que, internamente, demonstram as riquezas e as belezas naturais presentes na cidade, no canto superior temos a representação da Serra do Cruzeiro com uma cruz que representa o “Cristo Redentor” o que manifesta a corrente religiosa na cidade. Podemos destacar um soneto feito por Mauro Chaves, um poeta local:

Lendária e legendária, lá bem no alto da Serra, lá no extremo de nossa cidade, está ela atestando a nossa fé e a religiosidade de nossa gente; é o símbolo do cristianismo que embala os sentimentos de todos os corações patrocineses, identificando-os de corpo e alma, com o cristianismo puro, ao respeito a Deus e à integração dessa tendência natural para as coisas divinas. É, pois, um adorno simbólico, mas sobretudo é o marco predominante de modo absoluto e perene, do cristianismo, em nossa terra plantada majestosamente na majestosa serra (Chaves *apud* Almeida, 2008, p. 38).

Além disso, podemos observar ainda neste quadrante uma estrada que faz referência a “Picada de Goiás”, antecedida por uma casa que representa a pousada em que os bandeirantes se hospedaram ao passar pela terra a fim de explorar o interior do país. No quadrante inferior temos o destaque para a fonte de águas minerais, radioativas e sulfurosas, que procura demonstrar a riqueza natural existente no município. No triângulo da esquerda está localizado a representação de animais, demonstrando a riqueza advinda da pecuária local, dando destaque para bovinos e suínos. O triângulo presente no lado direito é retratado pelos trabalhadores rurais, evidenciando a importância da agricultura para a manutenção financeira e histórica da cidade.

Na parte superior do brasão podemos notar a demonstração de torres representando os castelos medievais, que serviam como trincheiras e como local estratégico de observação dos senhores feudais para se defenderem do ataque inimigo, e isso demonstra que a cidade de Patrocínio contém independência e que de forma alguma aceitaria alguém atentando sobre os interesses dos patrocínenses e sobretudo, sobre as riquezas demonstradas no brasão, pois como diz Almeida (2008, p. 39), “o ideal [de viver em Patrocínio é] de viver em paz uns com os outros, e viver em paz com Deus.”.

Imagem 5 - Brasão da cidade de Patrocínio, Minas Gerais



Fonte: Site da Câmara Municipal de Patrocínio, Minas Gerais (2023).

Desde muito cedo, ao vermos a história da cidade, contada pelos moradores, os destaques são quase sempre os cargos públicos e governamentais sob a tutela de pessoas de “grandes nomes” com prerrogativas militares, como coronéis, generais, majores entre outros. Os patrimônios tombados, registrados e inventariados da cidade corroboram para a significação do passado da cidade e perpetuam a imagem de um grande centro político organizado em busca de ascensão social.

## **2.2 Patrimônios da cidade de Patrocínio, Minas Gerais**

A cidade de Patrocínio conta juridicamente com os métodos de proteção e conservação dos patrimônios histórico-culturais. Um dos interesses pelo qual uma determinada sociedade tem em realizar a preservação dos seus bens é para perpetuar o reconhecimento e significação daquele objeto. Os bens evidenciam um modo de vida, de arte ou de técnicas que foram e são importantes para a sociedade que deseja preservá-los, as disputas de poder sempre são dadas, destacando a pergunta: qual bem deve ser protegido? Qual é o mais importante para a história local? Todos esses tipos de perguntas estão atrelados a conflitos de interesses e a classe dominante sempre têm vantagens e, por isso, temos que ter senso crítico para compreendermos a realidade acerca da patrimonialização dos bens. Como dito por Tomasevicius Filho (2020, p. 215-216):

É geralmente selecionado como documento histórico de época acerca de determinado modo de vida, arte ou técnica ou, por ser suporte da memória coletiva ou ícone de identidades coletivas. Também se destacou, naquela parte, que o reconhecimento de um bem como bem cultural passa por dois processos. O primeiro deles é a formalização da decisão, no âmbito político-jurídico, de proteger ou não esse bem cultural. Em todos esses casos, há uma disputa de poder de fazer valer a pretensão de ver reconhecido determinado bem como cultural e, em momento posterior, de pretender a sua conservação para contemplação pelas gerações futuras.

Com relatos históricos desde o século XVIII a cidade de Patrocínio demonstra através de sua cultura vínculos com as raízes escravocrata e coronelista. Mesmo que atualmente os reflexos coronelistas tenham se modificado bastante, é possível interpretar de forma crítica elementos desse momento colonial na história moderna da cidade. A patrimonialização reflete os interesses de uma elite local que busca preservar suas tradições para gerações futuras perpetuando seu “nome”. De acordo com Tomasevicius Filho (2020), quando recorremos à memória coletiva da população temos que compreender conflitos factuais e lacunas que existem



na construção da memória, pois a memória não é necessariamente a verdadeira, mas sim a verdade de quem quer contar.

Nas tabelas abaixo temos os dados acerca dos patrimônios, tombados, registrados e inventariados da cidade de Patrocínio, Minas Gerais.

Tabela 1 - Patrimônios Protegido por Tombamento Municipal

| Patrimônio Protegido por Tombamento Municipal |            |
|---|------------|
| Subcategoria                                  | Quantidade |
| Bens Imóveis                                  | 06         |
| Conjuntos Paisagísticos                       | 03         |
| Bens Móveis                                   | 01         |
| <b>Total</b>                                  | <b>10</b>  |

Fonte: Fundação Casa da Cultura de Patrocínio (2023).

Tabela 2 - Patrimônio Protegido por Registro

| Patrimônio Protegido por Registro |  |  |
|-----------------------------------|--|--|
| Nível de Registro                 | Subcategoria                               | Denominação  |
| Federal                           | Saberes                                    | Modo Artesanal do jeito de fazer queijo de Minas–<br>Território Cultural do Alto Paranaíba/ Serra do Salitre |
| Federal                           | Saberes e Formas de Expressão              | Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira  |
| Estadual                          | Saberes, Formas de Expressão e Celebrações | As Folias de Minas   |
| Estadual                          | Saberes e Formas Expressão                 | Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em MG   |
| Municipal                         | Formas de Expressão                        | Língua Kalunga   |

Fonte: Fundação Casa da Cultura de Patrocínio (2023).

Tabela 3 - Patrimônio Inventariado

| Patrimônio Inventariado                  |            |
|--|------------|
| Subcategoria                             | Quantidade |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | 101        |
| Bens Móveis e Integrados                 | 65         |
| Arquivos                                 | 09         |
| Patrimônio Imaterial                     | 07         |
| Sítios Naturais                          | 08         |
| <b>Total de Bens</b>                     | <b>190</b> |

Fonte: Fundação Casa da Cultura de Patrocínio (2023)

Os patrimônios presentes na cidade de Patrocínio, Minas Gerais são geridos pela Secretaria de Cultura, que faz um trabalho amplo para gestão de todos os aparelhos do sistema em prol da cultura patrocínense. A Fundação Casa da Cultura, além de abarcar o Museu Municipal, também administra o Conservatório Municipal, a Biblioteca Municipal, a Escola de Arte, além da Banda de Música, o Projeto Arte Viva, Estação Cidadania (CEU das artes) e do Ponto de Cultura e Turismo. Posteriormente darei abertura mais detalhada aos patrimônios históricos da cidade, dando destaque para os patrimônios que trazem em sua história o viés coronelista da cidade em contraponto ao único patrimônio imaterial municipal que dá destaque à linguagem de matriz afro-brasileira.

### 2.3 Patrimônios Materiais

- **Fundação Casa da Cultura “Dr. Odair de Oliveira”, tombamento pelo Decreto Nº 1771/2001**

Maria de Fátima Machado Almeida, retrata que Patrocínio sempre foi o berço de grandes escritores, poetas, pintores, músicos e nomes de referências que puderam a partir de suas artes levarem o nome da cidade como fonte de prestígio, “A cultura de um povo é um conjunto de todas as suas realizações, tradições, costumes, mitos, crenças, formas de trabalho e de

divertimento” (Almeida, 2008, p. 56). Um dos bens tombados pela prefeitura municipal pela lei nº 1771/2001 é a Fundação Casa da Cultura “Dr. Odair de Oliveira” localizada no prédio mais antigo e majestoso da cidade, onde também é mantido o Museu Professor Hugo Machado da Silveira.

A construção do prédio data de 1850, realizada para se tornar a residência do Capitão Theodoro Honorato Gonçalves. Capitão devido a patente oferecida como retribuição pelo papel importante para a formação da cidade, que acabara de elevar o título. Capitão Theodoro Honorato Gonçalves também se tornou o primeiro presidente da Câmara Municipal, no qual foi responsável por exercer a função de Prefeito Municipal. A estrutura do casarão é um patrimônio material do império colonial, que de acordo à Secretária Municipal de Cultura em parceria com a Fundação Casa da Cultura o considera como o único monumento “vivo” ligado profundamente à história de Patrocínio.

Imagem 6 - Fachada do Museu e Fundação Casa da Cultura de Patrocínio, Minas Gerais.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Imagem 7- Lateral do Museu e Fundação Casa da Cultura de Patrocínio, Minas Gerais.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Como observado nas imagens acima, a estrutura da casa de dois pavimentos abrigava na parte superior a residência do Capitão Theodoro Honorato Gonçalves e sua família, na parte inferior com grandes portas, se mantinha o comércio da família. Pelos relatos do livro *Patrocínio: ontem e hoje*, o capitão Theodoro Honorato Gonçalves viveu durante o período escravocrata, porém era a favor da abolição.

Ele [Capitão Theodoro Honorato Gonçalves] viveu no Brasil escravocrata sendo um dos que defendeu a abolição. Não teve escravos, mas comprou um para alforriar e o colocou para aprender a profissão, lhe abrindo as portas para o trabalho livre na cidade de Uberaba (Almeida, 2008, p. 58).

O casarão que por muito tempo era residência do Capitão, foi vendido para a Prefeitura, que a partir desse acontecimento se estabeleceu no edifício até por volta de 1972. Com a mudança da prefeitura para um local mais adequado, finalmente o edifício foi vinculado à Fundação Casa da Cultura de Patrocínio “Dr. Odair de Oliveira”. No ano de 2001 sobre o governo do prefeito Roberto Queiroz do Nascimento o prédio foi tombado como patrimônio cultural material, pelo Decreto nº 1771/2001. O Museu Professor Hugo Machado, que se localiza dentro do edifício, tem seu tombamento anterior, pelo decreto nº 1518/79. O Museu Municipal é responsável pelo acervo, que contém fotos históricas, pinacoteca, esculturas, objetos e documentos históricos. Todo acervo é catalogado.

- **Escola Municipal Honorato Borges, tombado pelo Decreto nº2339/2007**

A primeira escola fundada em Patrocínio data de meados de 1912 pelo decreto nº 3401 de 09/01/1912, o Grupo Escolar Honorato Borges. O nome foi uma homenagem ao Coronel de mesmo nome que por muitos anos trabalhou como chefe político local e que lutou diretamente para a criação da Escola. Antes de se criar um grupo de estudos os alunos recebiam aulas particulares, portanto, apenas os filhos de famílias ricas e tradicionais da cidade poderiam de alguma forma receber uma base de estudos. Com a abertura da escola foi possível uma integração maior de toda comunidade, sendo desenvolvido um plano de ensino igualitário. O primeiro prédio no qual o grupo escolar se instalou foi doado pela Prefeitura Municipal, local que por muitos anos foi residência do Coronel Marciano Hilário Ferreira Pires, historicamente conhecido na cidade por Coronel Marciano Pires. A primeira instalação funcionou de 1913 a 1930. Com a precariedade do primeiro prédio e com a presença de 387 alunos, não era mais possível comportar mais nenhum, a partir disso foi necessária uma realocação da escola para o local no qual até hoje ela está localizada, na Praça Honorato Borges, anteriormente nomeada como Praça Barão do Rio Branco. De acordo com Almeida (2008), o prédio foi erguido com recursos do governo estadual em parceria com o município, que teve que doar um montante de cem contos de réis além do terreno para a construção. Um ponto que devemos destacar é que para a concretização da construção foi necessárias doações das famílias mais ricas da cidade, como dito; “Para concretização da obra em 1930, várias famílias abastadas fizeram doações, sendo que na época era governador do Estado o Dr. Melo Viana e o prefeito de Patrocínio Francisco Batista de Matos” (Almeida, 2008, p. 12). O Grupo Escolar Honorato Borges foi e ainda é um marco para a sociedade patrocínense, se tornou referência para o estado com aulas expositivas com uma educação rígida, contendo aulas de moral e cívica, além de parcerias com instituições escolares internacionais, foi escola de várias gerações de patrocínenses, como filhos de coronéis. No ano de 2007 com o Decreto nº 2339/2007 a Escola Municipal Honorato Borges foi tombada como patrimônio cultural da cidade.

Imagem 8 - Fotografia da atual Praça Honorato em meados de 1944, na foto retrata as comemorações do centenário da cidade, ao fundo, o Grupo Escolar Honorato Borges.



Fonte: Acervo Fundação Casa da Cultura (1944).

- **Escola Estadual Dom Lustosa, tombado pelo Decreto N° 2339/2007**

Após a criação da primeira escola de Patrocínio, o desenvolvimento econômico começou a crescer com mais força, se colocando necessária a criação de uma escola “ginásio”, pós primário, pois além da importância com os estudos dos patrocineses, a presença religiosa também precisava ser trabalhada entre os jovens. De acordo com Almeida (2008), havia uma preocupação religiosa dos católicos patrocineses perante a crescente difusão do protestantismo na cidade. A Escola Estadual Dom Lustosa leva então o nome do Sacerdote que ao passar pela cidade “compreendeu a gravidade do mal que ameaçava a Igreja” e não mediu esforços para diminuir o protestantismo. O prédio que hoje se localiza a Escola Estadual Dom Lustosa foi por dezesseis anos a moradia do Coronel Marciano Hilário Ferreira Pires, que já havia doado uma residência para a implementação da primeira escola da cidade. A construção imponente é uma forma de ressaltar a importância do “status” ofertado ao Coronel, foi doado pelo mesmo para a criação do então chamado ginásio, passando por uma obra de adequação, como relatado por Almeida (2008, p. 21):

[...] para solucionar o problema do prédio onde deveria ser instalado o ginásio fizeram-se uma comissão responsável, sendo composta por Coronel João Cândido de Aguiar, Major Tobias Batista de Miranda Machado, Coronel Elmiro Alves do Nascimento, Nelson Caixeta de Queiroz, José Pedro de Paiva e Joaquim Cardoso Naves, todos estes de famílias tradicionais da cidade, os quais estão vivos através de seus descendentes.

O ginásio, inicialmente amparado pelo governo municipal atraiu olhares muito importantes das cidades mais avançadas naquele momento e fez com que os patrocínenses se vangloriassem da excelência do ensino para jovens, restringido, naquela ocasião, apenas para o sexo masculino. Foi possível instalar nos primeiros anos o regime de internato masculino, para que filhos de não patrocínenses pudessem estudar na instituição. Hoje em dia a Escola Estadual Dom Lustosa é apoiada financeiramente pelo governo estadual e desde 2007 é considerado um bem material da cidade de Patrocínio pela relevância e importância para a história local, além de ter sido responsável pelo ensino de vários nomes importantes para o local, como por exemplo, prefeitos.

Imagem 9 - Escola Estadual Dom Lustosa atualmente



Fonte: Google Imagens (2023).

Imagem 10 - Escola Estadual Dom Lustosa



Fonte: Google Imagens (2023)

## 2.4 Patrimônio Imaterial

- **Língua Kalunga**

Com o passar dos séculos e com o aprofundamento nas questões históricas que o país fez parte, Minas Gerais descobre tradições de origem banto muitas vezes dadas como extintas, e Patrocínio não ficaria isenta desse movimento. De acordo com o site MG Quilombo, cada vez mais o governo de Minas Gerais quer encobrir a verdade sobre as raízes escravocratas da história de Minas Gerais. Mas a presença marcante do negro escravizado não pode ser simplesmente apagada e, por isso, mesmo na região onde se localiza Patrocínio, ela foi permanente, tal como afirma Gastão Batinga (1994, p.30): “A existência do homem africano e de seus descendentes no Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba, vem de longa data. Na colonização branca, na rota do bandeirante, do emboaba, do conquistador de terras e de riquezas outras, a presença do negro foi constante e dinâmica”. Sob a perspectiva de ir além dos modelos tradicionais, patriarcais e coronelistas que influenciaram as diretrizes do patrimônio em Patrocínio, a linguagem Kalunga foi tombada como Patrimônio Imaterial da cidade no dia 05 de dezembro de 2017 por demanda do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Patrocínio – CDMPC, presidido por Eliane Ferreira Nunes.

[...] foi feita a leitura da análise do processo de registro da língua Kalunga como Patrimônio Imaterial, conduzido pela Secretaria Municipal de Cultura, como Setor do Patrimônio Cultural no município, e executado conforme a Deliberação Normativa do CONEP/MG vigente mediante propositura do Prefeito Municipal, Deir6 Moreira Marra. Eliane passou a palavra para o



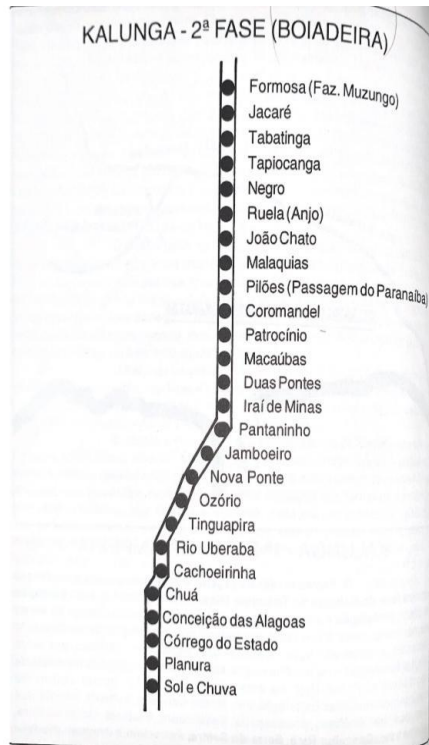
conselheiro Waldir, que foi o responsável por fazer as entrevistas com três personalidades da cidade, que falaram sobre a língua Kalunga: Agnaldo França, Ângela Ferreira e Jose Astrogildo. Logo após, os conselheiros fizeram a análise do documento, e Declaram a aprovação do Registro da Língua Kalunga como bem imaterial do município como, na categoria "Formas de Expressão", a ser inserida no Livro de Registros correspondente. Aprovado os dois documentos a Presidente do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Patrocínio/MG encerrou a primeira parte da 124ª (centésima vigésima quarta) reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Guilherme Rocha Chagas, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada, será pelos presentes assinada. Patrocínio, 2 de novembro de 2017. (CDMPC, 2017, p. 01).

A linguagem Kalunga era utilizada no tempo da escravização como uma maneira de comunicação entre os escravizados, comunicação esta que os senhores não conseguiam decifrar. Por isso, a partir da linguagem Kalunga era possível arquitetar planos de fugas, estratégias de sobrevivência e circulação de informações de uma senzala à outra, de uma fazenda à outra, além de manter os registros de mortes ou nascimentos. Após a abolição e o fechamento dos garimpos em Minas Gerais, e com o discurso falso da democracia racial, a língua Kalunga foi se tornando rara, porém os vestígios dessa linguagem ficaram impregnadas na cultura e na tradição local e, mesmo sem saber, a linguagem Kalunga continuou a ser falada; de forma que apenas os locais da região mineira do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba consigam decifrar os dialetos. De acordo com Malagoli (2011), a língua Kalunga é:

Pronunciado em tom baixo, era uma fala misteriosa, desconhecida dos sinhôs, dos feitores, dos capitães do mato. Esses negros fundiram seus diversos idiomas originais- congo, banto, nagô, iorubá e tantos outros- num misto de pseudodialecto e código secreto que lhes possibilitaram desentalar da garganta o que antes era insonhável: ser livres, poder comunicar-se entre si, tramar fugas, traçar planos, reclamar das infelizes condições de trabalho e de vida (Malagoli, 2011, p. 77).

A linguagem Afro-Brasileira, como dito por Batinga (1994), mais brasileira que africana, foi uma adaptação dos escravizados africanos diante da realidade da escravização em Minas Gerais. Além dos escravizados, a linguagem Kalunga foi utilizada por boiadeiros e garimpeiros, para ter o mesmo fim de se comunicarem sem que os superiores soubessem o real sentido do que estavam a dizer.

Imagem 11- A segunda fase Kalunga (Boiadeiro)



Fonte: Batinga (1994, p. 58).

A linguagem Kalunga é um bem imaterial da cidade de Patrocínio, pois marca para o povo negro local as suas origens. Alguns dialetos são intrinsecamente inseridos no contexto patrocinese, pois mesmo com o passar do século ainda é possível escutar algumas palavras introduzidas no cotidiano da cidade. Na tabela abaixo é possível destacar a partir dos vocábulos, as traduções para a linguagem Kalunga.

Tabela 4 - Alguns exemplos de tradução do português para a linguagem Kalunga.

|                   |                  |
|-------------------|------------------|
| <b>Açúcar</b>     | <b>Uique</b>     |
| <b>Água</b>       | <b>Omeia</b>     |
| <b>Almoço</b>     | <b>Kuriata</b>   |
| <b>Arruaceiro</b> | <b>Piserento</b> |

|                        |                                 |
|------------------------|---------------------------------|
| <b>Bêbado</b>          | <b>Piambote</b>                 |
| <b>Bordel</b>          | <b>Muquifo</b>                  |
| <b>Cabelo enrolado</b> | <b>Cafuim</b>                   |
| <b>Carro</b>           | <b>Urango</b>                   |
| <b>Cavalo</b>          | <b>Miguro, marangolo</b>        |
| <b>Conversar</b>       | <b>Kalunga</b>                  |
| <b>Criança</b>         | <b>Dandara</b>                  |
| <b>Dinheiro</b>        | <b>bufunfa</b>                  |
| <b>Eu</b>              | <b>Ká</b>                       |
| <b>Fazenda</b>         | <b>Senjo</b>                    |
| <b>Kalunga</b>         | <b>Patuá, Entidade africana</b> |
| <b>Mandioca</b>        | <b>Massaroca</b>                |

Fonte: Batinga (1994, p. 61-65).

### 3 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO DE PATROCÍNIO

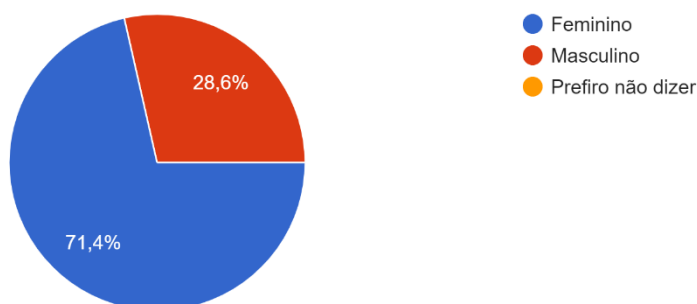
Este trabalho não estaria ainda concluído se não nos detivéssemos em um aspecto importante da análise dos Patrimônios. Afinal, eles não podem ser definidos apenas por especialistas e por leis de tombamento, mas também, e sobretudo, pelos sentidos que a comunidade atribui e pelas relações que estabelecem com eles. Neste sentido, para tentar identificar os significados e os monumentos materiais e/ou imateriais que a população de Patrocínio entende ser patrimônio local foi realizada entrevistas com pessoas que decidiram de maneira livre e espontânea a responder um breve questionário (Apêndice I).

#### 3.1 Análise dos dados

Com o auxílio da ferramenta Formulários via Google foi então possível realizar a coleta de 21 respostas para as perguntas propostas. Do total dos entrevistados 71,4% (15 entrevistados) são do gênero feminino, enquanto 26,6% (6 entrevistados) são do gênero masculino. Sobre a faixa etária dos entrevistados 61,9% (13 entrevistados) tem idade entre 21 e 31 anos, em seguida com 19% (4 entrevistados) tem idade entre 31 e 41 anos, com 9,5% (2 entrevistados) tem acima de 51 anos, e com 4,8% cada, temos um entrevistado entre 41 a 51 anos e um entrevistado entre 15 a 20 anos, respectivamente.

Gráfico 1 - Gênero

Gênero  
21 respostas

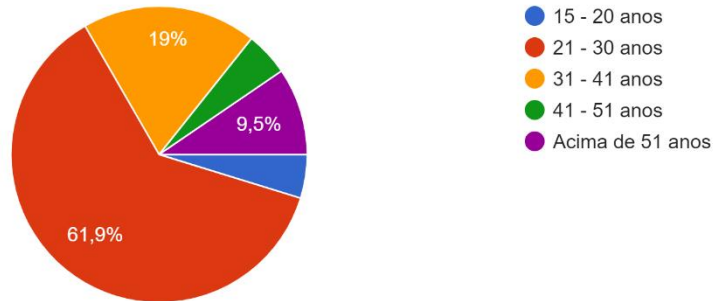


Fonte: Google Formulários (2023).

Gráfico 2 - Faixa etária

Qual a sua faixa etária?

21 respostas



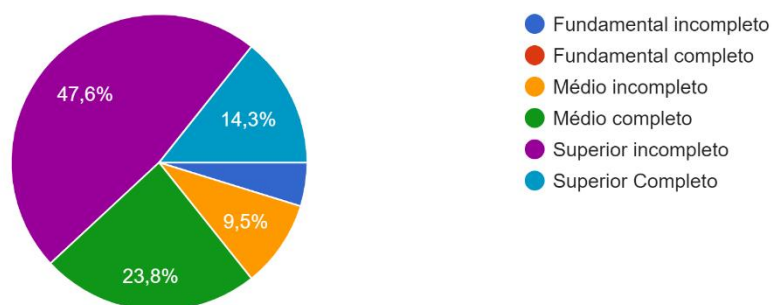
Fonte: Google Formulários (2023).

Uma questão também trazida para a coleta de dados é sobre a escolaridade dos entrevistados, do total dos entrevistados 47,6% (10 entrevistados) está cursando o superior, porém ainda não completaram, em seguida com 23,8% (5 entrevistados) temos os entrevistados que apenas concluíram o Ensino Médio. Com 14,3% (3 entrevistados) temos os entrevistados que já finalizaram o curso superior. Com 9,5% (2 entrevistados) temos os entrevistados que não terminaram o Ensino Médio, e por fim, com 4,8% (1 entrevistado) não completou o ensino fundamental.

Gráfico 3 - Escolaridade

Escolaridade:

21 respostas



Fonte: Google Formulários (2023).

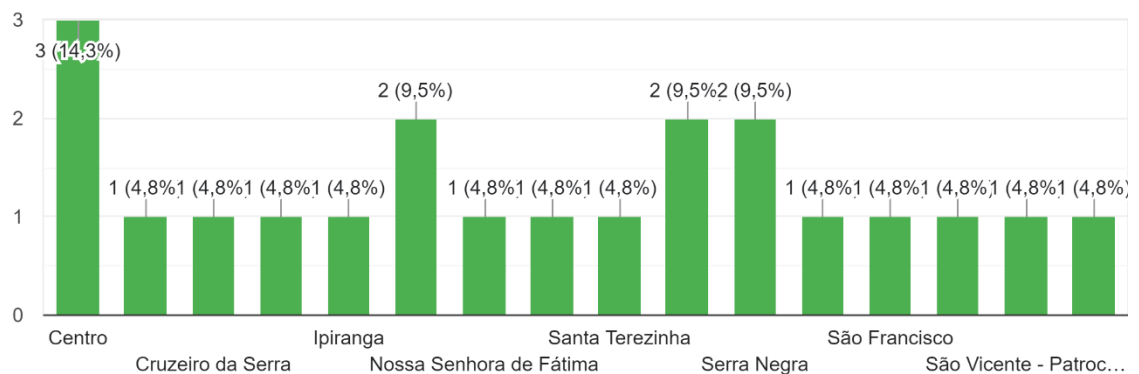
Sobre os bairros de domicílio, de 21 entrevistados foram citados 16 bairros, sendo os mais citados o bairro Centro, Jardim Sul, Santo Antônio e Serra Negra. Vale ressaltar que os

bairros Jardim Sul, Santo Antônio e Serra Negra são os bairros mais afastados do Centro. Sobre o período de residência na cidade com 71,4% (15 entrevistados) sempre moraram na cidade. 23,8% (5 entrevistados) moram na cidade há mais de cinco anos, e com 4,8% (1 entrevistado) mora na cidade há mais de dez anos.

Gráfico 4 - Bairro de domicílio na cidade de Patrocínio, Minas Gerais

Bairro de domicílio:

21 respostas

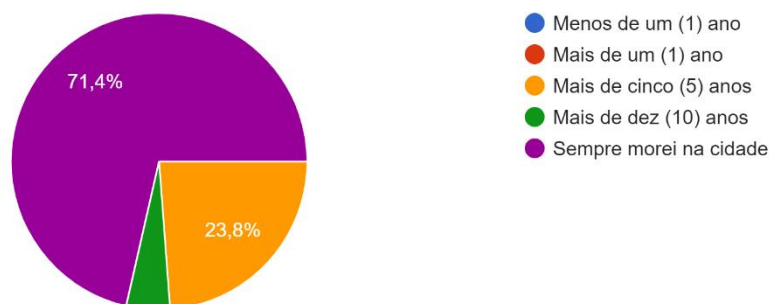


Fonte: Google Formulários (2023)

Gráfico 5 - Há quanto tempo vive na cidade?

Há quanto tempo vive na cidade?

21 respostas



Fonte: Google Formulários (2023)

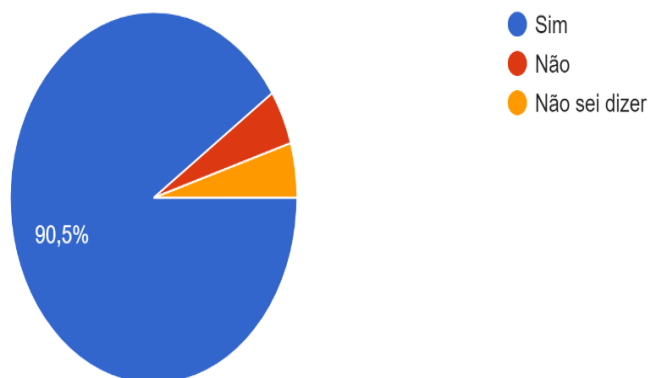
Quando perguntados se consideravam importante a criação e a manutenção dos Patrimônios Histórico-Culturais para a cultura de Patrocínio, Minas Gerais, de todos os

entrevistados 90,5% (19 entrevistados) consideram importantes a criação, 4,8% (1 entrevistado) não considera importante e 4,8% (1 entrevistado) não soube dizer. No Gráfico 07 podemos observar os dados sobre o conhecimento dos patrimônios histórico-culturais que são tombados e registrados pelo Município. Da totalidade respondida, 52,4% (11 entrevistados) não conhecem os patrimônios da cidade, enquanto 47,6 (10 entrevistados) alegaram que conhecem os patrimônios da cidade. Além disso, ao observamos o gráfico 08, referente aos que responderam sim para pergunta anterior, podemos concluir que 57,1% (12 entrevistados) alegaram nunca terem frequentado os patrimônios e 42,9% já frequentaram.

Gráfico 6 - Você considera importante a criação e manutenção dos Patrimônios Histórico-Culturais para a cultura de Patrocínio, Minas Gerais?

Você considera importante a criação e manutenção dos Patrimônios Histórico-Culturais para a cultura de Patrocínio, Minas Gerais?

21 respostas

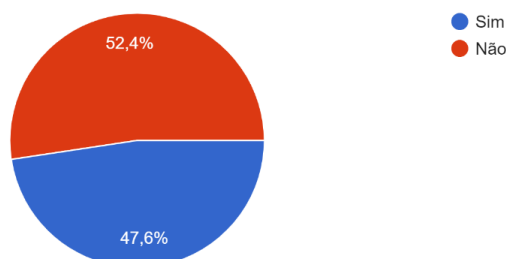


Fonte: Google Formulários (2023).

Gráfico 7 - Você conhece os Patrimônios Histórico-Culturais tombados e registrados pelo Município de Patrocínio, Minas Gerais?

Você conhece os patrimônios histórico-culturais tombados e registrados pelo Município de Patrocínio, Minas Gerais?

21 respostas

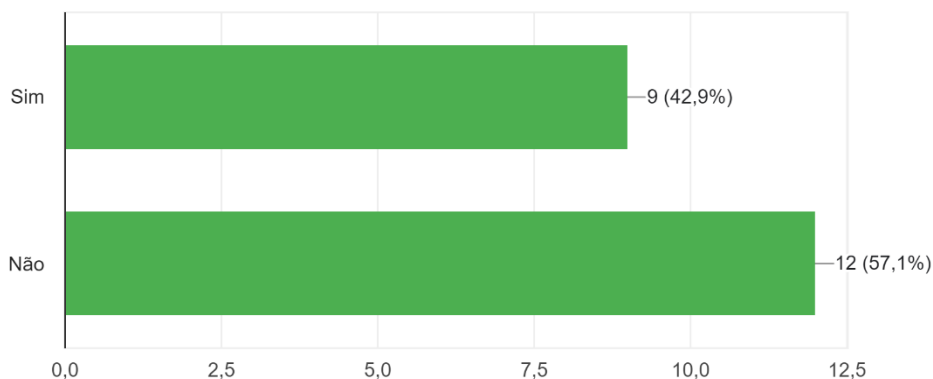


Fonte: Google Formulários (2023).

Gráfico 8 - Se a resposta anterior for sim, você já frequentou alguns destes espaços?

Se a resposta anterior for sim, você já frequentou alguns destes espaços?

21 respostas



Fonte: Google Formulários (2023).

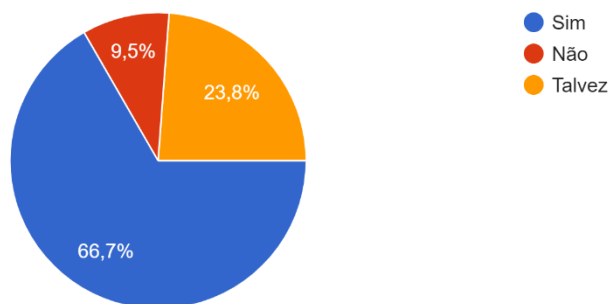
O gráfico 9 é ilustra a opinião dos entrevistados sobre ser justo o governo municipal dispor financeiramente de recursos para que haja a restauração de patrimônios histórico-culturais da cidade. Da totalidade entrevistada, 66,7% (14 entrevistados) acham justo o apoio financeiro do governo, 23,8% (5 entrevistados) concluíram que talvez seja justo e 9,5% (2 entrevistados) não acham justo o governo dispor financeiramente recursos para a restauração de patrimônios histórico-culturais da cidade de Patrocínio, Minas Gerais.



Gráfico 9 - Você acha justo o governo municipal dispor financeiramente de recursos para que haja a restauração de patrimônios histórico-culturais da cidade?

Você acha justo o governo municipal dispor financeiramente de recursos para que haja a restauração de patrimônios histórico-culturais da cidade?

21 respostas



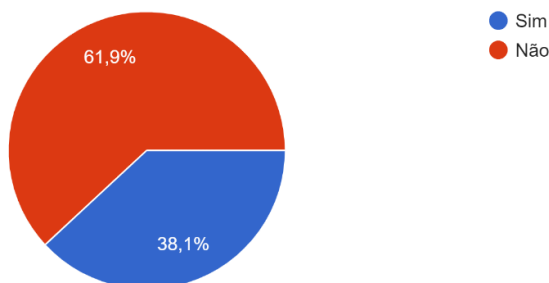
Fonte: Google Formulários (2023).

O gráfico 10 é sobre o reconhecimento de si nos patrimônios de Patrocínio, Minas Gerais, da totalidade dos entrevistados 61,9% (13 entrevistados) não se reconhecem nos patrimônios e 38,1% (8 entrevistados) se reconhecem nos patrimônios.

Gráfico 10 - Você se reconhece nos patrimônios de Patrocínio, Minas Gerais?

Os patrimônios histórico-culturais são a forma pelo qual o governo têm de manter presente para as gerações futuras as memórias do passado local, so...atrocínio, Minas Gerais, você se reconhece neles?

21 respostas



Fonte: Google Formulários (2023).

Na imagem 12 podemos observar as respostas dadas por cinco entrevistados quando indagados sobre o reconhecimento deles perante os patrimônios da cidade, as respostas foram bem variadas e ressalta a interpretação dos cidadãos sobre os bens da cidade. Na imagem 13 podemos observar que de 21 entrevistados 15 explicitou os patrimônios da cidade, porém, as informações divergiram, pois muito dos bens citados pelos entrevistados não se configuram como patrimônio da cidade.

Imagem 12 - Qual patrimônio você [entrevistado] se reconhece?

Fonte: Google Formulários (2023).

Se a resposta anterior for sim, quais patrimônios você se reconhece e porquê?

5 respostas

Me reconheço em obras e movimentos da cultura africana presentes em nossa região.

Todo o complexo próximo à igreja matriz me faz pensar como surgiu a cidade de Patrocínio, e manter esses bens são fundamentais para compreensão da história da nossa cidade, como ela surgiu e como se desenvolveu.

Cristo Redentor, lugar de paz e tranquilidade.

Pelo passado da cidade

Escola estadual Dom Lustosa...  
Porque estudei nesta escola!

Estação Ferroviária...Faz parte do bairro onde sempre viví, e fez parte da vida dos meus pais, dos meus avôs, tios etc...

### Imagem 13 - Conhecimento dos patrimônios de Patrocínio, Minas Gerais

Qual patrimônio da cidade de Patrocínio, Minas Gerais você conhece?

15 respostas

|  |
|--|
| O museu municipal da cidade  |
| Museu - Casa da Cultura  |
| A casa rosa da matriz, se não me engano praça honorato borges também é um patrimônio, congado .... |
| O museu  |
| CASA ROSA PROXIMO Á IGREJA, MUSEU  |
| Casa da Cultura  |
| Cristo Redentor e Casa da Cultura.   |
| Não conheço nenhum   |
| Museu  |

Fonte: Google Formulários (2023).

Por fim, na imagem 14 é possível analisar as respostas na qual os entrevistados relataram quais bens devem ser perpetuados a fim de compactuarem com a ideia de manutenção da memória e da história da região.

Imagem 14 - Qual tipo de bens você [entrevistado] considera importante para perpetuar a memória da cidade de Patrocínio?

Qual tipo de bens você considera importante para perpetuar a memória da cidade de Patrocínio?

11 respostas

|  |
|--|
| Tendo meu conhecimento da história de Patrocínio, acredito que bens que possam perpetuar a memória da cidade são: Artefatos históricos, como objetos e documentos antigos que possam ajudar a preservar a história e as tradições de um povo. Monumentos e edifícios históricos, como por exemplo, estruturas arquitetônicas que tenham um significado histórico ou cultural, como palácios, museus, igrejas e monumentos. Também as bibliotecas e arquivos: instituições responsáveis por coletar, organizar e disponibilizar informações e registros históricos. Outrossim, podemos considerar as tradições culturais, tais como, eventos e celebrações que acontecem regularmente e fazem parte da identidade cultural de uma comunidade (congados e moçambiques). Outro bem bastante importante são as histórias orais, isto é, narrativas contadas pelas pessoas mais velhas, que carregam informações preciosas sobre a história e a cultura de um lugar. E por fim, obras literárias que contam histórias sobre um determinado tempo, lugar ou cultura; música e outras artes performáticas, que em larga medida, ajudam a preservar as tradições culturais e a memória de um povo. |
| Acho importante perpetuar os bem não só materiais, mas como os patrimônios culturais, a cultura e a gastronomia da região por exemplo  |
| As edificações   |

Ampliação de estudos históricos/sociológicos sobre a cidade; registros fotográficos/literários, além de incentivar (ou procurar) a produção artística (pintura, costura, artesanato) dos moradores da cidade

Bens culturais, onde permanece viva a história de nossa cidade.

Todos

Algo que envolva os safrista que vêm para a cidade durante as colheitas, eles que fazem a nossa economia girar.

Os indígenas

Os casarões dos nossos coronéis

Café

Os bens que estão aqui por muitos anos e que fazem parte da historia e crescimento da cidade!

Fonte: Google Formulários (2023).

Quando estudamos a história de uma determinada região podemos tirar diversas hipóteses de como foi fortificada a relação entre o passado e o futuro. A história de Patrocínio, Minas Gerais não é nada a mais que um reflexo do passado histórico do país. As respostas explicitadas no questionário não destoam da linha de eventos e ciclos históricos que se difunde na passagem da cidade pelo tempo. Na imagem 12, podemos analisar a falta de entusiasmo no reconhecimento desses patrimônios. De 21 pessoas que se prontificaram a responder as questões apenas 5 de fato se reconhecem nos patrimônios, além disso, apenas 1 pessoa se reconhece no patrimônio que reforça a presença da cultura africana na região, que vale ressaltar, contém apenas uma na esfera municipal, a Linguagem Kalunga, registrada em 2017 por deliberação da CDMP, entretanto, a pessoa respondente não deixou explicitado que de fato compreende a Linguagem Kalunga como um patrimônio e nem que de fato sabe que a Linguagem Kalunga é registrada. As demais respostas adquiridas na aplicação do questionário demonstram questões afetiva, seja pelas recordações da infância, ou seja, pelas questões que sobressaltam questões identitárias.

Na imagem 13 as colocações sobre quais patrimônios da cidade conhecem deixam claro a falta de divulgação da Secretaria da Cultura e Turismo, pois das 16 respostas, 7 respostas destacaram apenas o Museu Municipal, que é um dos mais divulgado como patrimônio da cidade, entretanto devemos dar atenção ao fato de que 2 respostas deram alcance à Casa Rosada, além do Cristo Redentor e ao Congado, sendo que nenhuma desses patrimônios materiais e

imateriais são tombados e registrados na cidade o que evidencia a falta de clareza para a divulgação dos patrimônios. O Gráfico 10 apenas reforça que os patrimônios que são tombados e registrados na cidade de Patrocínio, Minas Gerais não refletem as questões históricas da cidade durante quase dois séculos de existência, 61,9% não se reconhecem nos patrimônios tombados e registrados na cidade.

Em face desses dados, foi possível verificar que a população regional ainda tem, de certo modo e com raras exceções, uma visão dos patrimônios locais voltada para a história coronelista e patriarcal da cidade. Foi sobretudo por meio de seus monumentos (igrejas, palácios, casarões, a história do café ou a via férrea) que a maioria dos entrevistados identificou os bens culturais. De certo, isso tem relações efetivas com a história oficial construída e com a política oligárquica que dominou a cidade por décadas. Isso se reflete, inclusive, na recente (e muito recente) identificação de bens imateriais da presença da população negra escravizada em Patrocínio; e de apenas um entrevistado citar como patrimônio a presença indígena, esta, inclusive, ainda negligenciada seja pelos estudos como pela política local. Neste sentido, se observa ainda a reprodução de um domínio simbólico das estruturas tradicionais de poder, perpetuadas nos patrimônios e nas relações da comunidade local com eles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi regido principalmente por uma inquietação pessoal sobre como a história contada e mantida acesa durante séculos se refaz aos caminhos da escravização e colonização com a presença dos coronéis, na qual a forma para narrar a história da classe dominante é objetificando o apagamento da história dos que fizeram ela mesma acontecer: a classe dominada. A partir dos patrimônios que expõe a grandeza do que relatam ser uma construção histórica de glórias e heroísmos podemos analisar como o passado reflete para a forma pela qual a história é narrada e mostrada para as gerações futuras. A monografia abriu diversas interpretações e mais indagações sobre como o coronelismo quando se enraíza na sociedade é a fim de permanecerem vivos durante séculos. Quando 6 (seis) de 9 (nove) patrimônios contêm relações diretas com coronéis, generais e personalidades da elite e são mantidas pela sua linhagem, podemos refletir que a história contada é, ainda, a história da classe econômica e politicamente dominante, fato que se repete no corpo das entrevistas.

Na postulação do problema, parece-nos que a população não se interessa pela sua própria história e, assim, a deixa vulnerável a consumir uma “verdade” assumida por quem tem intenções de contar. O fenômeno que ocorre nas pequenas cidades se reproduz nas dinâmicas atuais da formação política do país, o imaginário dos coronéis se adaptara durante as décadas, mas a soberania e a busca por perpetuar poder ainda se mantem. Como diz Vasconcellos (1995, p. 46-47) a solidariedade entre a linhagem é uma forma para que o poder dos coronéis nunca terminasse mesmo após a morte. “Os governos locais no Brasil colônia eram uma espécie de administração formada por honoratios. Esta elite pública ligada à terra respeitava o princípio importante da solidariedade entre os parentes”.

Ao analisar os arquivos documentais disponibilizados pelo site do Museu Municipal de Patrocínio verifica-se a evidente influência que a elite coronelista teve e tem, a partir da sua linhagem na gestão da cidade, sobre os patrimônios tombados, registrados e inventariados, que nada mais são do que reflexos de anos de autoridade local. Na esfera municipal, o único bem registrado que tange patrimônio que buscam destacar a história não oficial indígena é a linguagem Kalunga (tornada patrimônio muito recentemente -2017). Mas mesmo aí, talvez seu tombamento não esteja ele mesmo associado às presenças de negros e negras escravizados, mas ao fato dela ter sido uma língua utilizada também por tropeiros e condutores de tropa de cavalos que levavam e traziam alimentos, e que têm a sua história destacada em uma área própria no Museu Municipal. Portanto, em uma cidade que surgiu em terra fortemente marcada por genocídio, violência e miscigenação demorou décadas para que houvesse um patrimônio que,

em sua origem, tentasse registrar uma outra parte da história local, mas cuja existência, tal como é possível perceber nas respostas adquiridas por meio da aplicação do formulário, ainda é um bem que, embora registrado, não é posto como de conhecimento geral.

## REFERÊNCIA

126° (CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA) ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PATROCÍNIO/MG -CDMPC- 1°PART, 2018, Patrocínio, MG: Site da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Disponível em: <https://www.portal.patrocinio.mg.gov.br/pmp/images/publicacoes/cultura/cdmpec/081-%20126%C2%AA%20Ata%20do%20CDMPC%20de%2001-03-2018.pdf>

ABREU, Regina. A memoração da prática antropológica no campo patrimonial brasileiro: articulando passados e futuros. *In*: CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone (org.). **Patrimônios e museus: inventando futuros**. Natal, RN: EDUFRN, 2022. p. 41- 84. *E-book*. Disponível em: [http://www.portal.abant.org.br/aba/files/424174\\_00100613.pdf](http://www.portal.abant.org.br/aba/files/424174_00100613.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.

ALMEIDA, Maria de Fátima Machado. **Patrocínio: ontem e hoje**. Patrocínio, Minas Gerais: Editora Reggraf LTDA, 2008. v. 1.

ALMEIDA, Maria de Fátima Machado. **Patrocínio: ontem e hoje**. Patrocínio, Minas Gerais: Editora Reggraf LTDA , 2008. v.2.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.

BATINGA, Gastão. **Aspectos da presença do negro no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba**: Kalunga. Uberlândia, Minas Gerais: PR 2000 Editora Indústria & Comércio Ltda, 1994.

CAVALCANTI , Maria Laura Viveiros de Castro. A proteção legal do patrimônio cultural imaterial no Brasil. *In*: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 48-80. *E-book*. Disponível em: [https://portal.abant.org.br/aba/files/146\\_00159932.pdf](https://portal.abant.org.br/aba/files/146_00159932.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.

FUNDAÇÃO Casa da Cultura de Patrocínio. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://www.fccultura.org/museu/>

GONÇALVES , José Reginaldo Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. *In*: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). **Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 29-47. *E-book*. Disponível em: [https://portal.abant.org.br/aba/files/146\\_00159932.pdf](https://portal.abant.org.br/aba/files/146_00159932.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.

GONÇALVES , Renata de Sá. Antropologia na esfera pública: breve panorama e atuais desafios da preservação dos patrimônios culturais no Brasil. *In*: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). **Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 12-28. *E-book*. Disponível em: [https://portal.abant.org.br/aba/files/146\\_00159932.pdf](https://portal.abant.org.br/aba/files/146_00159932.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.



HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. [S. l.]: Centauro Editora, 2006.

HOUAISS UOL. [S. l.], 2023. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v6-1/html/index.php#2](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#2). Acesso em: 5 jan. 2023.

IBGE. **Patrocínio - MG**. [S. l.: s.n.], 18 mar. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/patrocínio/panorama>. Acesso em: 18 set. 2023.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **IEPHA – MG**. Tombamento, registro e inventário. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/servicos/tombamento-e-registro#solicita%C3%A7%C3%A3o-de-tombamento-de-bens-culturais>. Acesso em: 18 jan. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **IPHAN**. Brasília, DF, 2014. Portal. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 18 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **IPHAN. Cartas patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. 7. ed. rev. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

PATROCÍNIO. Prefeitura Municipal de. **História de Patrocínio**. Patrocínio, MG, 2017. Disponível em: <https://www.portal.patrocínio.mg.gov.br/pm/index.php/municipio/historia>. Acesso em: 18 set. 2023.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... (laudos culturais dos antropólogos inventariantes). *In: Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2007. DOI: 10.5216/sec.v8i2.1008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/1008>. Acesso em: 18 set. 2023.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **A proteção do patrimônio cultural brasileiro pelo direito civil**. São Paulo: Almeida, 2020.

VASCONCELLOS, João Gualberto. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória-ES: SPDC, 1995.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE OS PATRIMÔNIOS DE PATROCÍNIO,  
MG.**

01- Gênero:

Feminino  Masculino  Prefiro não dizer

02- Faixa etária:

15-20 anos

21-30 anos

31-41 anos

41-51 anos

Acima de 51 anos

03- Escolaridade:

Fundamental- Incompleto

Fundamental- Completo

Médio- Incompleto

Médio- Completo

Superior- Incompleto

Superior- Completo

04- Bairro de domicílio:

05 - Há quanto tempo vive na cidade?

Menos de um (1) ano.

Mais de um (1) ano.

Mais de cinco (5) anos.

Mais de dez (10) anos

Sempre morei na cidade.

06- Você considera importante a criação e manutenção dos Patrimônios Histórico-Culturais para a cultura de Patrocínio, Minas Gerais?

Sim

Não

Não sei dizer

07- Você conhece os patrimônios históricos culturais tombados e registrados pelo Município de Patrocínio?

Sim

Não

08- Se a resposta anterior for sim, você já frequentou alguns destes espaços?

Sim

Não

09- Você acha justo o governo municipal dispor financeiramente de recursos para que haja a restauração de patrimônios histórico-culturais da cidade?

Sim

Não

10- Você se reconhece em alguns dos patrimônios da cidade?

Sim

Não

Se sim, quais e por quê?

11- Qual patrimônio da cidade de Patrocínio, Minas Gerais você conhece?

12- Qual tipo de bens vocês consideram importantes para perpetuar a memória da cidade de Patrocínio?